

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA EM MARINGÁ-PR: FORMAÇÃO DOCENTE E ESTRUTURA

Valdenice Aparecida Lima de Souza do Nascimento¹

Daniela Polla²

RESUMO

É recorrente a discussão em torno do sistema educacional no Brasil. Porém, debates sobre o tema, cresceu na área específica da Educação Inclusiva. Todavia, a abordagem pedagógica, a mais debatida e, sem dúvidas, de suma importância para o sucesso de qualquer projeto de inclusão, tem demonstrado falhas que podem ser estruturais, ou seja, que venham das camadas que fundamentam a estrutura do projeto de educação inclusiva, nos setores político-administrativos ou na questão da formação dos professores, foco deste trabalho. Assim, coloca-se como objetivo geral diagnosticar a realidade da educação especial em Maringá-PR em termos de estrutura e formação dos profissionais. A metodologia selecionada foi uma pesquisa qualitativa, realizada em três etapas. A primeira é uma revisão de literaturas sobre a Educação Especial, em termos teóricos e de legislação. Em um segundo momento, foi realizada pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários, com profissionais que formam educadores para a Educação Especial. Por fim, por meio das ferramentas teórico e metodológico da Análise de Discurso, com base em Michel Foucault, foram analisadas as respostas dos questionários aplicados aos sujeitos de pesquisa. Assim, pode-se perceber que a Educação Especial em Maringá-PR apresenta pontos positivos e negativos, que ocorreram avanços, mas ainda faltam melhorias. A formação docente revela-se importante, apesar de ser apontada a necessidade de uma carga horária maior e abordagem mais completa das especificidades da Educação Especial e Inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Inclusão; Formação docente; Análise de Discurso; Michel Foucault;

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia – Universidade Estadual de Maringá. E-mail: nica_val_@hotmail.com

² Professora Mestre do Departamento de Fundamentos da Educação – Universidade Estadual de Maringá. Doutoranda em Letras-PLÉ/UEM E-mail: dpolla2@uem.br

ABSTRACT

The discussion about the educational system in Brazil is recurrent. However, in recent years, the debate in the specific area of Inclusive Education has grown. Nevertheless, the pedagogical approach, the most debated and undoubtedly of utmost importance for the success of any inclusion project, has demonstrated flaws that may be structural, in other words, flaws that come from the layers that underlie the structure of the inclusive education project, in the political-administrative sectors or in the issue of teacher training, which is the focus of this work. Thus, the general objective is to diagnose the reality of special education in Maringá-PR, in terms of the structure and training of professionals. The selected methodology was a qualitative research, carried out in three stages. The first is a review of literatures on Special Education in theoretical and legislation terms. In a second moment, a field research was carried out, through the application of questionnaires, with professionals who form educators for Special Education. Finally, through the theoretical and methodological tools of Discourse Analysis, based on Michel Foucault, the answers of the questionnaires applied to the research subjects were analyzed. Thus, it can be noticed that the Special Education in Maringá-PR presents positive and negative points. There had been advances, but there is still lack of improvements. The teacher training proves to be important, although it is pointed out the need for a longer workload and a more complete approach to the specificities of Special and Inclusive Education.

KEY WORDS: Inclusive Education; Inclusion; Teacher training; Discourse Analysis; Michel Foucault;

1INTRODUÇÃO

Após muitas discussões em torno da inclusão social, podemos destacar que pessoas com algum tipo de deficiência continuam sofrendo preconceitos. Nesse sentido, se faz relevante voltar o olhar para o papel da Educação para a inversão deste processo, ou seja, buscar compreender como a área pode contribuir para que profissionais da educação possam proporcionar aos estudantes inclusivos acesso a educação e a vida social.

A Educação Inclusiva ganhou força a partir da declaração de Salamanca em 1994 e, no Brasil, a partir da Constituição em 1988 e da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96), em 1996. A partir de então, para Carvalho (2004, p. 77), inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças. Ao se pensar uma escola inclusiva, os professores precisam conhecer novas formas e caminhos para que, com a prática pedagógica, estimulemo conhecimento, atendendo todas as especificidades dos alunos. Deste modo, a Educação Especial adequada seria uma mescla de estrutura adequada com docentes adequadamente formados para a inclusão. (SASSAKI, 1997).

Independente das dificuldades que os discentes apresentem, a escola precisa trabalhar e tomar decisões em relação às discriminações para com os alunos com algum tipo de deficiência. Para que os portadores de necessidades especiais consigam entrar no ensino regular com qualidade torna-se necessário que o processo de escolarização seja adaptado às diversidades entre os alunos. Assim, é preciso que os profissionais estejam preparados para enfrentar as dificuldades no processo de escolarização destas crianças.

Podemos compreender, então, que a inclusão implica em uma mudança de perspectiva educacional, pois seu limite não é apenas os alunos com necessidades especiais e que apresentam algum tipo de dificuldades para aprender, mas a todos os demais, exigindo do professor uma formação de qualidade e adequada para que seu trabalho em sala de aula possibilite o aprendizado.

Deste modo, importa pensar que ensinar é uma atividade complexa, que exige dos professores estarem sempre atualizados em seus conhecimentos. Os alunos com alguma necessidade aprendem sempre de maneira diferente, no seu tempo, por isso os professores precisam compreender como lidar com cada pessoa.

Com vistas a demonstrar como essa Educação Especial Inclusiva se constitui na atualidade, esta pesquisa tem como objetivo principal diagnosticar essa realidade em Maringá-PR, em relação à estrutura e atender aos profissionais, com base no cenário atual da Educação Especial no Brasil. Assim sendo, a pesquisa realizada partiu da seguinte indagação: qual a realidade atual da Educação Especial em Maringá, especialmente em termos de estrutura e profissionais?

O estudo realizado, de abordagem qualitativa, foi dividido em três etapas. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica sobre a Educação Especial e a Educação Inclusiva, com intuito de investigar nas pesquisas da área da Educação de que forma esta temática é tratada. Em um segundo momento, foi realizada uma pesquisa de campo, mediante a aplicação de questionários. Na terceira etapa, apresenta-se a sistematização dos resultados, mediante a análise dos dados coletados por meio da análise de discurso com base em Michel Foucault.

Diante disso, justifica-se a relevância desse estudo, uma vez que realizará um diagnóstico da Educação Especial em Maringá, o qual levará em conta os resultados dos questionários e procurará mostrar o papel da estrutura escolar e de todos os profissionais envolvidos na inclusão, ou seja, governo, instituições formadoras, gestores, coordenadores e professores.

2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: UM OLHAR PARA O HISTÓRICO E AS REGULAMENTAÇÕES

Apesar de muitas leis, debates e normas, a Educação Inclusiva ainda continua sendo discutida, na dependência de muitas regulamentações na esfera política e administrativa. Assim sendo, cabe um olhar para as diversas

ordens de discurso pelas quais passa a Educação Especial ou Inclusiva. Tal reflexão será apresentada nas próximas subseções.

2.1 Educação Inclusiva: uma Questão Político-Administrativa

Quando se fala do tema Educação Inclusiva, atualmente, é comum que a pauta esteja voltada particularmente para a dimensão pedagógica, principalmente no que tange a sua aplicação direta, o problema da sala de aula, a relação aluno-professor, a estrutura física das escolas, entre outros fatores, de fato, coerentes com o debate. Porém, muitos desses problemas parecem surgir num momento anterior à aplicação do modelo inclusivo de educação, na esfera político-administrativa, na qual se estabelecem os parâmetros, recursos, projetos e tudo que diz respeito à Educação Inclusiva (MANTOAN, 1997).

Para Oliveira e Leite (2007, p. 51), “na realidade brasileira a proposta da construção de um sistema educacional inclusivo encontra-se amparada legalmente e em princípios teóricos fundamentados em ideais democráticos de igualdade, equidade e diversidade”. Isso já demonstra a dimensão política como relevante em qualquer projeto de inclusão, seja ele social, educacional, ou ambos. Neste trabalho, procuramos explorar e analisar essa dimensão política, partindo da relação entre legislação e prática, que pode levar a um distanciamento entre o discurso oficial do Estado (relação de poder) e a formação dos professores para o adequado planejamento pedagógico a ser aplicado (prática), especialmente, no que tange a educação especial e inclusiva.

Desse modo, as relações de poder exercidas pelos governos sobre as múltiplas posições sujeito circunscritas a ordem do discurso educacional envolvem desde o partido que governa, a estrutura orçamentária, a instância responsável por cada nível de ensino, a formação oferecida aos docentes, a opção por uma política inclusiva ou excludente e afetam o sistema educacional diretamente. Assim sendo, neste capítulo, o foco será analisar de que forma a Educação Especial encontra-se, na atualidade, circunscrita e afetada pela legislação e pelas relações de poder exercidas entre legislação, governo e a formação dos professores.

Nesse sentido, pode-se perceber que a concretização de um projeto de educação inclusiva passa por um planejamento complexo, de ações que englobam tanto os governos, a legislação, a sociedade, quanto os detalhes mais pertinentes ao plano pedagógico que deve contemplar todas as necessidades para a aplicação do projeto de inclusão, como o respeito à diversidade, o diagnóstico e atendimento aos alunos especiais, as instalações físicas da Escola, entre outros fatores.

Diante disso, surgem as questões: quais são os aspectos políticos que interferem no processo de implantação de uma educação inclusiva? Como interferem? Quais critérios precisam ser atendidos pela legislação, governo e formação docente? De que modo contemplar as necessidades práticas na área da inclusão escolar? Questões que precisam ser pensadas, afinal:

Atualmente, não há como falar de procedimentos especiais de ensino para o atendimento do aluno com deficiência, sem o questionamento do processo educativo como um todo, o que envolve, conseqüentemente, toda a comunidade escolar. (OLIVEIRA; LEITE, 2007, p. 52).

Todavia, o perigo da regulamentação por parte do governo das políticas de inclusão está no risco de padronização de situações individuais, que, por definição, não podem ser enquadradas do mesmo modo, já que cada tipo de deficiência requer um atendimento próprio. Mesmo assim, algumas vezes, acabam sendo padronizadas ao invés de serem consideradas as múltiplas posições sujeito dos alunos especiais. Nesse sentido, segundo Nabuco:

O Estado, ao legislar sobre uma política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, assume o seu lugar simbólico de regulação de diferenças insuperáveis entre os sujeitos. A armadilha nesse processo de regulação é visar à categorização arbitrária do que é singular particular e subjetivo de cada ser humano, tenha ele de forma mais acentuada ou não “necessidades educativas especiais”. (NABUCO, 2010, p. 70).

Parece que ocorre, nesse processo, uma espécie de normalização dos indivíduos (FOUCAULT, 2007, p. 153). Uma espécie de governo dos corpos que por si só é contraditória, na medida em que a própria necessidade de uma educação especial já indica que alguns alunos precisam de condições diferenciadas. Assim sendo, “a regulamentação do processo inclusivo, então,

acaba por varrer as diferenças e planificar o terreno dos indivíduos”. (WERNECK, 1997, p. 45). O conflito está justamente no momento de incluir na comunidade escolar quaisquer alunos, inteirá-los aos demais que não foram diagnosticados com necessidades especiais de aprendizagem. Ademais, quando se parte do termo “deficiência” para justificar as necessidades de tais indivíduos, subte-se que a eles falta algo, que são incompletos, e mais uma vez o discurso afasta-se do que a prática pretende.

Deste modo, é preciso que o panorama seja mudado, que a visão sobre a Educação Especial seja mais ampla por parte dos setores administrativos, pois o que se está defendendo é a construção de uma sociedade inclusiva que estabeleça um compromisso com as minorias, dentre as quais se inserem os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Neste sentido, quando, na obra *Vigiar e Punir*, Michel Foucault aborda o poder disciplinar, ele já apontava o problema da normalização/docilização, em que se buscou analisar as relações de poder que ajudam a construir “os sujeitos excluídos da nossa racionalidade e entender como normas específicas foram generalizadas para todo o corpo social.” (BERT, 2013, p. 50). Os alunos especiais podem ser vistos como esses excluídos que são, muitas vezes, na legislação e no governo, generalizados ao invés de singularizados.

Além disso, o que marca a necessidade de uma formação de professores e legislação adequada para a educação especial é justamente “a crítica foucaultiana da universalidade do normativo e do processo de controle social que se define por um movimento de ampliação de suas prerrogativas e de suas especializações.” (BERT, 2013, p. 83-84). Deste modo, para uma educação especial que inclua ao invés de excluir devem ser pensadas as singularidades dos alunos e os professores adequadamente preparados.

Segundo Barbosa e Martins (2001, p. 95):

A formação dos professores vem sendo destacada como tema crucial e sem dúvida como um dos aspectos mais importantes nas políticas públicas para a educação, pois os desafios colocados à escola exigem um profissional com novas formas de aprender e ensinar.

Neste mesmo sentido, segundo Werneck (1997, p. 43), a inclusão vem para “quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados”. Ela

deve constituir a meta maior da Educação Especial, pois é um processo no qual o ser humano deverá conquistar espaços, cabendo à comunidade garantir-lhe o acesso aos seus direitos. O que nos leva ao debate sobre os acontecimentos que deram condição de possibilidade para a Educação Inclusiva.

2.2 Princípios para a Educação Inclusiva

Após examinar as relações de poder político que interferem na Educação Inclusiva, investigaremos agora as questões referentes aos princípios regulamentares que se constituem como acontecimentos para o ensino inclusivo ser, na atualidade, um modelo de educação. Isto porque, para Michel Foucault, “o verdadeiro sentido histórico reconhece que vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos.” (FOUCAULT, 1998, p. 29).

Esses fatos são o que permite que a Educação Especial tenha condições de possibilidade e vão estabelecer como são tomadas as características do indivíduo, seja qual for a sua necessidade, mesmo que não seja “especial” - no caso dos alunos sem problemas físicos ou de aprendizagem, mas que, ainda assim, necessitam de sistema educacional tanto quanto aqueles considerados excepcionais tais como os alunos com inteligência acima da média, comumente chamados de “superdotados”.

Esta própria afirmação fica confusa se não for vista a partir do código de ética correto, o que visa à inclusão sem discriminação. Mas de que conjunto de normas éticas deve partir o governo para gerir a Educação Especial? Um dos documentos mais respeitados sobre os direitos humanos, a Declaração de Salamanca, resolução da ONU em 1994, parece ser o norte para o qual as políticas administrativas devam navegar.

A Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais foi elaborada em decorrência da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, promovida pelo governo da Espanha e pela Unesco, em junho de 1994 e é tomada, neste trabalho, como um acontecimento discursivo que dá condição de possibilidade para a Educação Especial como ela é entendida

atualmente. A Declaração expressa o princípio de integração e a preocupação com a garantia de escolas para todos, conforme estabelecido em 1990, na Conferência Mundial de Educação para Todos (UNESCO; MEC, 1994).

Em seu Art. 3º, todo o conteúdo instrui os governos a adotarem certas ações, tais como:

- Dar prioridade política e orçamentária à melhoria dos sistemas educativos, de forma que estes abranjam, cada vez mais, todas as crianças;
- Adotar o princípio da educação integrada com força de lei ou como política;
- Desenvolver projetos demonstrativos e incentivar a troca de experiências integradoras;
- Criar mecanismos de descentralização e participação em planejamentos, supervisão e avaliação do ensino de alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo a participação de pais e entidades representativas de pessoas portadoras de deficiência;
- Dedicar esforços à identificação e às estratégias de intervenção;
- Cuidar para que a formação de professores esteja voltada para o atendimento às necessidades educacionais especiais.

A Declaração de Salamanca Unesco (1994) incumbiu as organizações e governos de promoverem práticas pedagógicas e sociais que possam acolher todas as crianças, independentemente das condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou quaisquer outras. Nessa perspectiva, fica proposto que as escolas acolham tanto as crianças com deficiência como as bem-dotadas, bem como as das mais variadas origens e situações.

Aos países signatários envolvidos na Declaração de Salamanca Unesco (1994, p. 97) de acordo com a Unesco, solicitou-se que considerassem os seguintes aspectos:

- O princípio da igualdade de oportunidades;
- Adoção de medidas paralelas e complementares às educacionais, nos outros campos de ação social (saúde, bem-estar social, trabalho etc.);
- Inclusão das crianças com deficiência nos planos nacionais de Educação para Todos;
- Especial atenção às necessidades de crianças com deficiências graves ou múltiplas;
- Consideração da importância da linguagem de sinais como meio de comunicação dos surdos, de modo a lhes assegurar acesso à linguagem de sinais de seus países;
- Reabilitação baseada na comunidade;

Ação coordenada entre os responsáveis pela saúde e assistência social de organizações governamentais, como não governamentais.

Deste modo, o princípio da educação inclusiva, proposto pela Declaração de Salamanca, é que se matriculem todas as crianças em escolas comuns, as quais devem estar preparadas para recebê-las e oferecer uma educação de qualidade a todas, respeitando as diferenças. Assim sendo, na escola inclusiva, a educação deve estar centrada no aluno e nas possíveis dificuldades passam a ser um problema que o processo educacional deve resolver, ignorando as características diferenciadas dos alunos. Isto é, a atenção deixa de ser, segundo Glat (1995), a compensação das limitações do aluno, e passa a ressaltar a importância da capacidade de a escola encontrar respostas, para oferecer a seus alunos, independente de suas limitações, uma educação que lhes dê suporte para a convivência social. Na inclusão não é o aluno que se adapta à escola, e sim a escola que se adapta ao aluno.

Vemos, neste caso, que a ética deve não apenas ser aplicada, mas ensinada. O convívio com valores éticos deve ditar os parâmetros das políticas educacionais bem como servir de base para a prática da Educação Inclusiva, ou seja, o governo e o setor da educação são também responsáveis pelo desenvolvimento moral da criança e do adolescente que são alunos. Fica, do mesmo modo, marcada a relevância do preparo adequado dos professores para terem condições de gerir todas essas questões que compõem o campo associado da educação especial, especialmente quando entendidos por Michel Foucault como “juizes da normalidade” (professor, médico, educador, assistente social, etc.), cuja função é atualizar a norma em vigor.” (BERT, 2013, p. 83).

Além disso, segundo Sasaki (1997), cabe ressaltar ainda que a inclusão escolar deva se iniciar já na primeira infância, para que as crianças sejam sensibilizadas e para que possam aprender desde cedo as diferenças e limitações de cada indivíduo, sem fazer distinções qualitativas, pois a aprendizagem cooperativa é também uma estratégia. Igualmente, a aplicação de tal estratégia pode permitir que o aluno deficiente seja reconhecido entre os outros e seja valorizado. Para que possa demonstrar suas competências, é

importante que o aluno integrado realize as mesmas atividades que os outros, sempre buscando atingir seus objetivos específicos.

Quando abordamos a Educação Inclusiva, não podemos deixar de considerar o outro polo conceitual que, de certa forma, justifica a inclusão: A exclusão. Tal questão será descrita na próxima subseção.

2.3 A Educação Especial e a Formação dos Professores de Apoio no Brasil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 (LDB, Art. 58), entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os alunos portadores de necessidades especiais.

Vale destacar que a inclusão não acontece somente na escola, mesmo sendo essa o princípio de tudo. É necessário lembrar que a sociedade tem uma grande parcela de compromisso com a inclusão. A participação da comunidade em geral, faz com que a inclusão aconteça de forma mais eficaz. A educação especial tem como intuito atender as necessidades dos alunos com deficiência seja ela auditiva, visual, intelectual, física entre outras. Esses alunos têm seus direitos de cidadãos, direito de igualdade, de ir e vir amparados por leis, fundamentados nos princípios da Constituição Federal. (BRASIL, 1988).

A Educação Especial se destina a atender pessoas com deficiência, em instituições especializadas para realizar esse atendimento. Já a inclusão visa atender esses alunos de escolas especiais em escolas comuns. Mas para se chegar a esse ponto, foi necessária muita luta em prol desta causa. (BUENO, 1999).

Por volta do século XIX verifica-se uma mudança de pensamento. A pessoa com deficiência passa a ser vista como uma pessoa limitada, mas potencialmente capaz e por vezes independente. Nessa época, prevalece a preocupação em analisar as causas e efeitos da deficiência, bem como em definir direitos e deveres da pessoa com deficiência.

O desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil inicia-se no século 19, quando os serviços dedicados a esse segmento de nossa população, inspirados por experiências

norte-americanas e europeias, foram trazidos por alguns brasileiros que se dispunham a organizar e a implementar ações isoladas e particulares para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais (MANTOAN, 1997, p. 52).

Nessa fase, no Brasil, a Educação Especial ainda era muito limitada, atendia poucas pessoas em pequenas ações que eram realizadas por diversas pessoas, incluindo voluntários, que em sua maioria eram familiares que se preocupavam em dar algum tipo de assistência à pessoa com deficiência. Os profissionais da saúde eram os que mais prestavam atendimento.

A história da Educação Especial no Brasil tem como marcos fundamentais a criação do “Instituto dos Meninos Cegos” (hoje “Instituto Benjamin Constant”) em 1854, e do “Instituto dos Surdos-Mudos” (hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES”) em 1857, ambos na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do governo Imperial (BUENO, 1993 apud MAZZOTTA, 1996, p.37).

Foi preciso caminhar muito para que a Educação Especial chegasse a ter a estrutura que tem nos dias atuais. A história nos mostra um caminho árduo e de grandes lutas. Este estudo detém-se em fazer um escalonamento dos principais acontecimentos que marcam essa trajetória, visto que não é esse o foco principal da pesquisa. A Constituição Federal de 1988 traz em seu artigo 205 a seguinte redação:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Um marco histórico para a Educação Especial se deu com a “Declaração de Salamanca”, na década de 90. Esta trazia, como um dos seus principais enfoques, a recomendação de que as escolas se ajustassem às necessidades dos alunos, quaisquer que fossem suas condições físicas, sociais e linguísticas, incluindo os que não tinham moradia, os que precisavam trabalhar os nômades, as minorias étnicas, culturais e sociais, com o princípio de quebrar os paradigmas educacionais presentes naquele tempo. Depois de muitos anos de desligamento e isolamento, atualmente essas pessoas são

reconhecidas e respeitadas como cidadãos, podendo assim exercer seus direitos.

Apesar das garantias citadas até o momento, foi somente com a promulgação de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no ano de 1996, que foi dado um salto significativo no tocante ao direito, da pessoa com deficiência, em frequentar escolas de ensino regular, ou seja, de serem incluídas. Vejamos o que determinamos artigos 58 e 59 em relação a isso:

Art. 58: §1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. §2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Art.59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I. currículos, métodos, técnicas educativas e organização específica, para atender às suas necessidades;
- II. terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III. professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classe comuns;
- IV. educação especial para o trabalho, visando a sua integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;
- V. acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996).

Deste modo, Por meio da LDB, passou-se a ter um novo olhar sobre as possibilidades educacionais em termos legais. Essas possibilidades eram sabidas por educadores e pessoas ligadas a esse processo, porém o fato de incluir esses alunos nas salas regulares não era visto, por muitos, com bons olhos. Tal fato se deve a mudança que isso acarretaria no dia a dia da sala de aula e toda mudança gera desconfiança, receio e até mesmo resistência.

Um fato que é evidenciado como um grande obstáculo para a inclusão dos alunos com deficiência é a falta de preparo dos professores, a falta de uma formação embasada nos pressupostos da educação inclusiva. Se a inclusão trouxe benefícios nessa nova perspectiva de educação, por outro lado, trouxe também mudanças e ao longo do tempo exigiu adaptações. Por isso, faz-se necessário que os professores atualizem seus conhecimentos de acordo com essa nova perspectiva de educação. Uma das dificuldades encontradas na inclusão é que muitos professores não tiveram uma formação profissional inicial adequada para enfrentar os desafios que a inclusão, atualmente, exige desses professores (GLAT, 1995).

Segundo Bueno (1999), a educação especial inclusiva não tem sido explorada e estudada como deveria pelos professores durante sua formação nos cursos de licenciatura. Isso cria uma barreira para quem atua com alunos ditos “normais” e os alunos ditos “diferentes”. A liberdade de escolher com quem eles querem trabalhar, seja na educação especial ou no ensino regular, cria uma imagem de que professores que atuam na educação especial não sabem atuar no ensino regular, e professores que trabalham com alunos do ensino regular não sabem trabalhar na educação especial.

Por isso, a inclusão é um assunto complexo, que exige preparação dos profissionais da educação com especialização e capacitação na área da educação inclusiva, para suprir as necessidades de um aluno portador de deficiência. Faz parte de uma ação inclusiva eficaz o domínio e conhecimento das diferenças e das potencialidades de cada aluno na sala de aula. Para que a inclusão aconteça de forma eficiente, é importante que na formação inicial e continuada dos profissionais, eles tenham como base os fundamentos da educação especial inclusiva (BUENO, 1999). Por exemplo,

Um professor do ensino regular quando atende um aluno surdo na sala de aula, precisa estar apto a atender suas necessidades especiais educacionais, tornando-se inovadora, criativa diante das diversidades encontradas no momento. É preciso quebrar paradigmas da exclusão e preconceito que ainda se vê atualmente. A aula inclusiva visa responder à diversidade de estilos de aprendizagem na sala de aula; então, qualquer ação de desenvolvimento e aperfeiçoamento de práticas de ensino e aprendizagem de professores para a inclusão deve ajudá-los a refletir sobre formas de levantamento de informações sobre seus/sua/s aluno(a)s e planejamento de

diversas atividades que abranjam os estilos de aprendizagem individual (FERREIRA, 2006, p. 204).

Sendo assim, fica clara a necessidade das escolas de ensino regular modificar a metodologia utilizada atualmente, tirando do foco o método de ensino tradicional. Contudo, é extremamente importante questionar o rumo que a educação especial inclusiva está tomando. Nesse sentido, o crescimento constante da inclusão dos surdos na sociedade faz repensar uma proposta que esteja ao alcance das perspectivas da inclusão. Para atender essas mudanças que são inevitáveis, as escolas comuns precisam urgentemente de mudanças estratégicas, a fim de tornar a inclusão ativa, pois uma sociedade mais justa e compreensiva, com cidadãos ativos, abertos às diferenças, menos preconceituosos, a mudança começa nos princípios da educação (MANTOAN, 1997).

Atualmente, uma das maiores preocupações dos professores é como responder de forma eficaz às necessidades educativas de todos os alunos em suas classes, principalmente os educando com necessidades educacionais especiais, motivo pelo qual deve ser contínua a formação dos professores, não ficando somente na dependência de legislação, mas de estratégias de ensino e de recursos materiais específicos que garantam a permanência do professor com qualidade na classe regular (GLAT, 1995).

Nesse contexto, de acordo com Barbosa e Martins (2001), a formação profissional deve ser contínua e satisfatória para a resolução de problemas, no desenvolvimento de atitudes que se encaixem numa visão prática e reflexiva, sobrepondo à concepção tradicional de ensino. Além disso, os desafios colocados à escola exigem um profissional com novas formas de aprender e ensinar. Nessa perspectiva, o professor necessita de uma formação que contemple teoria e prática, como também instrumentalização para agir e refletir a ação educativa, contribuindo para maior segurança sobre o fazer pedagógico e, também, para a sua valorização enquanto professor, no desenvolvimento do processo inclusivo.

Assim, uma vez elencados os principais acontecimentos do saber jurídico que perpassam a Educação Especial e Inclusiva, na próxima seção serão abordados os principais aspectos da teoria e método de análise de

discurso desenvolvida a partir da obra de Michel Foucault. Tal ferramenta baseará a seção analítica a ser desenvolvida no último tópico desta pesquisa.

3 PRINCIPAIS PONTOS DA ANÁLISE DE DISCURSO COM MICHEL FOUCAULT

Com base em Foucault (2009), a análise do discurso investiga o campo dos enunciados a fim de entender os acontecimentos discursivos. Busca compreender o enunciado na singularidade de sua situação, a condição de sua existência, sua correlação com outros enunciados. Em suma, qual é a natureza de sua existência, que vem a tona em um momento histórico particular.

Segundo Fischer (2012), tudo é prática em Foucault, pois tudo está imerso em relações de poder e saber, pois, para Foucault (2009), o discurso sempre se produz em função de relação de poder.

Segundo Foucault (2009, p. 99), os enunciados/discursos tratam-se de “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que (estas) apareçam conteúdos concretos, no tempo e no espaço”.

De acordo com Oksala (2011, p. 7) “Para chegar mais perto da intenção de Foucault, é útil que estejamos dispostos a questionar a ordem social firmemente estabelecida, a abrir mão de todas as verdades petrificadas, agarrando-nos ao mesmo tempo a um frágil compromisso com a liberdade”. Assim, é preciso, com Foucault, “sacudir a evidência” do que é a Educação Especial e Inclusiva na atualidade e sobre como os professores são preparados para atender a tal demanda.

A obra de Foucault oferece vasto campo de pensamentos diversificados dadas ao fato de conter várias análises específicas, várias questões em jogo, pela liberdade e domínio das práticas sociais. De acordo com Oksala (2011, p.8):

As características metodológicas de seu pensamento, a saber, o uso inovador que ele fez da historiografia como método filosófico, também conferem à sua obra um caráter uniforme e extremamente original. Foucault foi um filósofo que usou a história para compreender a sociedade contemporânea a fim de transformá-la rumo a uma maior liberdade.

Em sua crítica à modernidade ele uniu filosofia e história, resultando em uma forte crítica à modernidade. Para Foucault, esclarece Oksala (2011, p. 12):

A filosofia não era um corpo de saber que se acumulava, mas um exercício crítico que questionava de maneira incessante crenças dogmáticas e práticas intoleráveis na sociedade contemporânea. Ele nos convidou a continuar essa prática crítica: é para mudar o mundo, nada menos, que devemos lê-lo.

Para Foucault (2009) o objetivo da Filosofia é questionar os modos como pensamos, vivemos e nos relacionamos com outras pessoas e com nós mesmos no intuito de mostrar como aquilo-que-é poderia ser diferente (OKSALA, 2011).

Foucault chamou seus estudos de arqueologias e genealogias, cujo objetivo era “aprender em que medida o esforço de pensar a própria história pode libertar o pensamento do que ele pensa silenciosamente, e capacitá-lo a pensar de maneira diferente” (OKSALA, 2011, p. 17).

A história não nos serve somente para aumentar nosso saber sobre o passado, mas para nos compreendermos e sejamos capazes de pensar e viver de maneira diferente.

Foucault caracterizou seu trabalho como uma genealogia do sujeito moderno; uma história do modo pelo qual as pessoas são construídas como tipos diferentes de sujeitos – delinqüentes, homossexuais, doentes mentais ou, através dessas exclusões, como normais e saudáveis (OKSALA, 2011).

Foucault em quase todas as formulações sobre discurso refere-se ao enunciado, colocando que: “O enunciado em si não constituiria também uma unidade em si. Ele é sempre um acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de uma função...” (FOUCAULT, 2009, p. 99).

Para Foucault, o enunciado deveria conter quatro elementos básicos, conforme nos coloca Fischer (2012, p. 77):

- 1- A referência a algo que identificamos (o referente, no caso, a figura de mestre associada a doação e amor);
- 2- O fato de ter um sujeito, alguém que pode efetivamente afirmar aquilo (muitos professores e professores ocupam o

- lugar de sujeito desse enunciado, e o interessante nesse caso seria, por exemplo, descrever quem são os indivíduos que ainda estão nessa condição; mesmo pessoas que não são professores, os “voluntários da educação”, também se reconhecem nesse discurso, como tantas vezes vemos em reportagens de jornais e na televisão);
- 3- O fato de o enunciado não existir isolado, mas sempre em associação e correlação com outros enunciados, do mesmo discurso (no caso, o discurso pedagógico) ou de outros discursos (por exemplo, o discurso religioso, missionário, ou mesmo o discurso sobre a mulher, a maternidade, e assim por diante);
 - 4- Finalmente, a materialidade do enunciado, as formas muito concretas com que ele aparece, nas enunciações que aparecem em textos pedagógicos, em falas de professores, nas mais diferentes situações, em diferentes épocas (veja-se como a mídia se apropria do discurso e o multiplica, em inúmeras reportagens sobre pessoas que voluntariamente passam a se dedicar ao trabalho de “educadores”).

Portanto, descrever um enunciado significa dar conta das especificidades colocadas, vê-lo como acontecimento que acontece num certo tempo, num certo lugar. Neste trabalho, as sequências enunciativas coletadas por meio da aplicação de questionários serão tomadas como enunciados.

Segundo Foucault (2009, p. 135) “a análise do enunciado e da formação discursiva são estabelecidas correlativamente. A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação do discurso constituem uma única e mesma coisa”. Pode-se afirmar que estamos sempre obedecendo a um conjunto de regras, historicamente definidas e conectadas às dinâmicas de poder e saber de cada tempo, ou seja, ao exercer uma prática discursiva utilizamos determinadas regras e expomos as relações que se dão dentro de um discurso. Dito de outro modo existe uma prática discursiva que faz com que a Educação Especial exista como um objeto dos discursos da atualidade e se constitua de uma maneira determinada por essas práticas.

Dessa forma, segundo Fischer (2012), uma atitude metodológica foucaultiana nos impulsiona a prestar atenção à linguagem como produtora de discursos, como inseparável das práticas institucionais de qualquer setor da vida humana. Embasados em Foucault (2009), pode-se dizer que ele nos ensina que um modo de constituir o outro, de produzir verdades sobre esse outro constituem uma trama que ultrapassa o meramente linguístico, tendo em

vista que o discurso constitui um limite com o social e produz os objetos dos quais ele mesmo fala.

4 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA EM MARINGÁ-PR, UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOCENTE E DA ESTRUTURA

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com pesquisa de revisão bibliográfica seguida de pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionários. Ao todo, foram aplicados 08 (oito) questionários, sendo um para a Responsável pela Secretaria Municipal de Educação de Maringá (SEDUC); dois para Diretores de Escolas Municipais; dois para Coordenadoras de Curso de Pedagogia (um público e um privado) e três para professoras de Apoio na Educação Especial. Com vistas a atender aos critérios éticos, primeiramente pelo anonimato dos sujeitos de pesquisa, que não serão nominados. A análise dos dados coletados foi dividida em: a visão da SEDUC, dos diretores e professoras e a visão das instituições que formam docentes. Os resultados serão descritos/interpretados nas próximas subseções.

4.1 Visão da Representante da SEDUC

Para a representante da SEDUC, a Educação Especial no Brasil encontra-se em processo de desenvolvimento, mas ainda temos muitas barreiras a serem vencidas. As escolas tanto públicas como privadas praticam a inclusão para cumprir a lei, o que ela coloca:

É necessário refletirmos que a inclusão é uma questão ética e humana, portanto todos os envolvidos têm por obrigação aceitar crianças e adolescentes com deficiências, pois eles são capazes de aprender e fazem parte de nossa comunidade com direitos de frequentar as escolas. (Anexo 01).

A inclusão de alunos com deficiência acontece em Maringá desde 2009, época em que cessaram as classes especiais e os alunos foram inseridos no ensino regular, com flexibilização de currículo, adaptações, professor de apoio quando necessário e atendimento na sala de Recursos Multifuncionais em contra-turno escolar. Assim, na materialidade da afirmação da representante da

SEDUC, pode-se perceber o referencial de que a Educação Especial Inclusiva nem sempre se efetiva e ainda há preconceitos, apesar de ser um direito reconhecido por lei. Há, nessa sequência enunciativa (SE) um posicionamento de quem defende a inclusão, mesmo reconhecendo problemas. O campo associado a esta SE retoma o campo de saber jurídico, que exerce poder sobre os envolvidos com a Educação Especial; além das questões éticas e morais levantadas pelo excerto “a inclusão é uma questão ética e humana”.

Outra consideração da Responsável pela SEDUC é:

Dentro do possível, todas as unidades escolares dos CMEIs do município apresentam acessibilidade. Na Educação Infantil contam com 36 professores de apoio, concursadas e eventualmente para suprir necessidades são ofertadas “hora suplementar”, com profissionais com especialização em Educação Especial. Os mesmos recebem formação continuada mensalmente.

Tal afirmação revela uma preocupação do município em cumprir a legislação e atender aos alunos de inclusão da forma adequada. Outro ponto que merece atenção é a afirmação da formação continuada todos os meses, o que demonstra um cuidado para que a inclusão se efetive e que eventuais dúvidas e problemas possam ser sanados. Na materialidade desta SE verifica-se um referencial de que o aluno de inclusão necessita de todo o apoio para garantir seu aprendizado; uma posição sujeito de quem prima pela acessibilidade e inclusão de todos os alunos; o campo associado retoma novamente a legislação, no sentido de que é exigido por lei o professor de apoio, a acessibilidade, a sala de recursos multifuncionais.

Para a responsável pelo SEDUC, um ponto negativo é que ainda conta com profissionais que não compreendem o conceito de inclusão e são resistentes em aceitar os alunos. Dito de outro modo, mesmo alguns docentes ainda sentem dificuldades em aceitar os alunos inclusos, ainda mais de trabalhar com eles. Fato que pode apontar defasagens na formação inicial, o que será discutido em uma próxima subseção.

4.2 Visão dos Diretores e Professores

A Educação Especial Inclusiva é organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais. Tem como objetivo promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos os alunos, independente de suas necessidades educativas.

A educação especial e inclusiva configura-se num processo de ampliação a participação de todos os indivíduos no sistema regular de ensino, tendo em vista o sujeito e suas singularidades. Seu objetivo é promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos os estudantes, independentemente e suas necessidades educativas (Anexo 5)

De acordo com os dados coletados (Anexos 02-06), como pontos positivos, conta com professores concursados na área. Formação continuada específica e acessibilidade em mobilidade, com espaços adaptados para alunos com deficiência física, sala de recursos, materiais didáticos e professores especializados. Conforme argumenta o professor 1 (Anexo 2) o município de Maringá- PR parece ser o único a realizar concursos para professores especializados nessa área. Tais pontos, resumidos a partir das considerações coletadas na materialidade dos enunciados, demarcam um referencial de que a Educação Especial no município conta com a estrutura física e de recursos materiais e humanos para atender aos alunos inclusos; revela-se uma posição sujeito de quem reconhece que a estrutura oferecidas pelos CMEI's é adequada ao processo de inclusão; como campo associado percebe-se a reafirmação da teoria sobre Educação Especial, que é necessária uma junção entre recursos materiais e formação docente para a efetivação da inclusão, quando a formação continuada é apontada por quase todos os sujeitos de pesquisa como um dos pontos mais relevantes desse processo.

Outros pontos positivos elencados pelos sujeitos de pesquisa foram: são desenvolvidos atendimentos diferenciados, mediante apresentação de documento comprobatório, (Conforme o Anexo 3), as atividades são desenvolvidas de acordo com as dificuldades que os alunos vão apresentando, com a finalidade de atingir os objetivos propostos.

Em relação aos pontos negativos há uma contradição em relação a concursos públicos conforme foi exposto pelo Professor 01 no (Anexo 2). Já o Professor 3 (Anexo 4) relata “ falta de concursos e de formação continuada

com qualidade”. Há falta de materiais para pesquisa e brinquedos e a resistência por parte da família em expor o aluno, poucos profissionais de apoio para atender a demanda escolar. Tais afirmações, por parte de professores. (Anexos 2,3 e 4), revelam um referencial de que a estrutura existe, mas nem sempre é suficiente e que a inclusão envolve família, escola e profissionais de apoio; uma posição sujeita de que a educação especial inclusiva é uma realidade, mas ainda necessita de investimentos e recursos materiais e humanos; um domínio associado de que é necessário uma junção dos saberes médicos e profissionais, com um processo de aceitação e de incentivo que vem, ou deveria vir, da família.

É importante lembrar que a adequação dessa estrutura é assegurada por lei. (Anexo 6) Sendo que a educação especial e inclusiva é direito de todas as pessoas com necessidades especiais, no entanto, a maioria das escolas não garante o devido direito à educação, tendo em vista que as condições existentes, em boa parte das escolas públicas inviabilizam a realização de um trabalho que respeite o direito desses cidadãos. Porém, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, em seus artigos 58, 59 e 60, estabelece alguns direitos mínimos, que não são devidamente cumpridos pelos sistemas de ensino. É muito comum ver famílias recorrendo à justiça para ter garantido o acesso desses direitos mínimos aos seus filhos.

4.3 Visão dos Formadores Docentes (Visão de Instituição Pública e Privada)

Com relação às disciplinas oferecidas pelas Instituições de ensino, foram alocadas: Políticas e o processo de ensino e aprendizagem na educação inclusiva, Libras, Problemas e dificuldades de aprendizagem na infância, Desenvolvimento psicomotor na infância, Saúde e educação e Psicologia do desenvolvimento. A respeito das disciplinas oferecidas para Educação Especial, a Coordenadora 02 (Conforme Anexo 8) coloca que “Em minha opinião todas as disciplinas são extremamente importantes e densas, contudo não são o suficiente. Complementando, a coordenadora 01 (Anexo 07): “E não

há previsão no currículo do curso, de estágio especificamente nessa modalidade educacional.”

Quanto aos pontos positivos conforme a coordenadora 02 “as disciplinas trabalham todos os tipos de deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e também transtornos funcionais e distúrbios de aprendizagem”. Ela também cita projetos de ensino na área com visitas em todas as escolas especiais de Maringá e também as escolas especiais na cidade onde os alunos residem. “O aluno ao concluir o curso tem muito conhecimento na área”. (Conforme o Anexo 08)

Quanto aos pontos negativos, (Conforme o Anexo 07) com relação à estrutura curricular a carga horária é insuficiente para que a prática seja efetivada no cotidiano de uma sala de aula, havendo também necessidade de estágios exclusivos ao processo de inclusão educacional. Torna-se necessário uma formação continuada nessa área e maior atenção com relação a carga horária para a Educação Especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se as políticas educacionais tomaram novo rumo, não foi porque os políticos esperaram que os pesquisadores dissessem a palavra certa, mas foi porque as transformações históricas exigiram rupturas, considerando-se que a inclusão não se refere somente às escolas, mas à sociedade como um todo.

Ainda é necessário haver mudanças nas escolas, tornando-as mais responsáveis às necessidades de todas as crianças, e os professores se capacitarem e aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas que não estão se beneficiando com a escolarização, e não somente àquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”.

A inclusão envolve mudanças, novos direcionamentos, reformas, reestruturação como um todo, pois o objetivo principal é assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as oportunidades educacionais, ao esporte, lazer e recreação, impedindo a segregação e o isolamento. O objetivo primordial é auxiliar a criança a se encaixar no sistema educacional e beneficiá-la com que a escola possa oferecer, mas torna-se necessário conhecer as dificuldades de aprendizagem específicas de cada criança.

O diretor da escola, o governo e os coordenadores de educação especial são, cada um dentro de sua função, responsáveis por assegurar que todos os alunos tenham acesso ao currículo global e a todas as possibilidades de experiências oferecidas pelas escolas. Inclusão e exclusão começam na sala de aula. São as experiências cotidianas da criança nas salas de aula que definem a qualidade de sua participação nas experiências de aprendizagem oferecidas em uma escola.

No entanto, talvez o desafio mais importante para o futuro seja o de tornar as crianças e os jovens capazes de falarem por si próprios. “Direitos não fazem mal, quando há vontade de os corrigir”. (Machado de Assis).

REFERÊNCIAS

BERT, J-F. **Pensar com Michel Foucault**. São Paulo: Parábola, 2013.

BARBOSA, V. L. de B.; MARTINS, L. de A. R. **A formação do professor para escola inclusiva**. Anais. Heterogeneidade, cultura e educação. Natal: AFIRSE: 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 3, n. 5, p. 2-15, 1999.

CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994) e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

FERREIRA, W. B. **Inclusão X Exclusão no Brasil**: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. David Rodrigues (org.) São Paulo: Summus, 2006.

FISCHER, ROSA MARIA BUENO. **Trabalhar com Foucault**: arqueologia de umapaixão/ Rosa Maria Bueno Fischer- Belo Horizonte: Autentica Editora; 2012.- (Coleção de Estudos Foucaultianos,9)

FOUCAULT, Michel.1926-1984 **A arqueologia do saber**/Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves.-7.ed.-Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do Poder**. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998. p.15-37.

_____.M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 34 ed.Petropolis, RJ: Vozes, 2007.

GLAT, R. **Integração social dos portadores de deficiências**: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1995.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação Especial no Brasil**: da exclusão à inclusão escolar. São Paulo: Memnon, 1997.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação Especial no Brasil**. São Paulo: Cortez,1996.

NABUCO, Maria Eugênia. Práticas institucionais e inclusão escolar. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 139, abr. 2010 .

OKSALA, Johanna.1966- **Como ler Foucault**/JohanaOkasala; Tradução Maria Luiza x. A. Borges; revisão técnica Alfredo Veiga-Neto, Karla Saraiva- io de Janeiro: Zahar, 2011.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; LEITE, Lucia Pereira. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, dez. 2007 .

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO; MEC – Espanha. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Corde. Brasília, 1994.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Anexo 01

REPRESENTANTE SEDUC

QUESTIONÁRIO PARA REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE MARINGÁ

01. Nome completo:

02. Formação: Pedagogia com Especialização em Ed. Especial, Psicopedagogia, Neuropsicologia e Gestão Escolar.

03. O que você pensa sobre a educação especial no Brasil?

A Ed. Especial no Brasil encontra-se em processo, vejo que já evoluímos, porém temos muitas barreiras ainda para ser vencidas. Sabemos que tanto as escolas públicas, quanto as escolas privadas compreendem a prática e individual para cumprir a lei, porém ->

04. Qual a realidade da educação especial em Maringá?

No Município de Maringá a Ed. Especial, de fato, a inclusão de alunos com deficiência ocorreu desde 2009, quando cessaram as classes especiais e os alunos foram incluídos no ensino regular. Esses alunos desde então participam do ensino regular ->

05. Qual a infraestrutura oferecida pelo município de Maringá para a educação especial na educação infantil (quantidades de professores de apoio, formação continuada...)?

Dentro do pessoal, todas as unidades escolares e CREIs do Município de Maringá apresentam acessibilidade. Na Ed. Infantil contamos com 36 professoras de apoio concursadas e eventualmente para suprir necessidades emergenciais são ofertadas "hora ->

06. Quais os principais pontos positivos e negativos que você poderia apontar na educação especial na educação infantil em Maringá?

Como ponto negativo, ainda temos profissionais que não compreendem o conceito de inclusão e são resistentes em aceitar os alunos, porém em contrapartida temos profissionais interessados, que buscam formação e que estão receptivos para receber os alunos com deficiência.

07. Outras considerações:

- ③ é necessário refletirmos que a inclusão é uma questão ética e humana, assim precisamos que todos os envolvidos, assim os crianças e adolescentes com deficiência, entendendo que os mesmos são capazes de aprender e assim permitam que façam parte do contexto escolar.
- ④ com flexibilização de currículo, adaptações, professor de apoio quando necessário e atendimento na sala de Recursos Multifuncionais em Contratos escolares.
- ⑤ suplementar para professores letivos com especialização em Ed. Especial. Esses professores recebem formação continuada mensalmente.

Anexo 02

PROFESSOR 01

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DE APOIO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL
EM MARINGÁ

01. Nome completo:

02. Formação: Pedagogia

03. Qual sua opinião sobre educação especial/ educação inclusiva?

A educação especial/ educação inclusiva em meu ponto de vista visa para dar oportunidades iguais àquelas que em outras ocasiões foram excluídas do meio social e seu direito de participar ativamente de um convívio social principalmente frequentar escolas.

04. Qual é seu método de ensino para trabalhar com esses alunos?

Não tenho um método específico. Trabalho de acordo com as dificuldades de cada um surgindo, procurando sempre o melhor meio para que o aluno possa se desenvolver atingindo assim meus objetivos.

05. Em sua opinião esses alunos tem atendimento diferenciado e suficiente para suas limitações?

Creio que os alunos que estão incluídos estão recebendo tratamento igual aos demais e esses vêm apresentando progresso conforme suas limitações.

06. Quais os principais pontos positivos e negativos em relação ao município para com esses alunos?

há um ponto positivo. Neste município parece-me que é o único no Paraná que abrange concursos para professores e alunos nessa área e isso está sendo capacitados para que possam dar um melhor atendimento à estes alunos.

07. Outras considerações:

Anexo 03

PROFESSOR 02

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DE APOIO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL
EM MARINGÁ

01. Nome completo:

02. Formação: Pedagogia, Pós Graduação em Iniciação múltipla, Inclusão e Liberdade, Gestão Educacional

03. Qual sua opinião sobre educação especial/ educação inclusiva?

Educação especial e inclusiva que acontece em salas regulares e com o termo de de que tenha favorecido

04. Qual é seu método de ensino para trabalhar com esses alunos?

O método utilizado pelos professores de gêneros, o professor de apoio faz adaptação do conteúdo conforme as necessidades de cada aluno.

05. Em sua opinião esses alunos tem atendimento diferenciado o suficiente para suas limitações?

Sim se estiver sendo

06. Quais os principais pontos positivos e negativos em relação ao município para com esses alunos?

Existem salas de recursos e professores de apoio. Há um curso de capacitação com especialidades (nas formações continuadas).

07. Outras considerações:

Anexo 04

PROFESSOR 03

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES DE APOIO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL
EM MARINGÁ

01. Nome completo:

02. Formação: Pedagogia / Música - Especialização
Arte / Educação Especial.

03. Qual sua opinião sobre educação especial/ educação inclusiva?

A educação especial e inclusiva deve ser de
matrícula e acontecer na escola regular e
na contratação, a fim de atender os alunos
que possuem alguma deficiência ou altas habilidades e superdotação.

04. Qual é seu método de ensino para trabalhar com esses alunos?

O método de ensino utilizado é o mesmo tra-
balhado pela rede municipal de ensino, sendo
o papel do professor de apoio adaptar as
atividades e as estratégias de modo que
o aluno possa realizar as atividades
pedagógicas/ lúdicas.

05. Em sua opinião esses alunos têm atendimento diferenciado o suficiente para suas limitações?

Os alunos em questão têm o atendimento
diferenciado, no caso de não a prefeitura de opor
se for comprovada junto à Secretaria munici-
pal de educação os documentos necessários que
comprova o quadro clínico do aluno, além
de uma T.O.D ou neuromotor.

06. Quais os principais pontos positivos e negativos em relação ao município para com esses alunos?

Positivos: Faltam falta de recursos, materiais
e professores especializados.
Negativos: Falta de recursos e de forma-
ção continuada como qualidade e falta
de materiais (livros para leitura/ pesquisas/
artigos) na área de Educação Especial.

07. Outras considerações:

Anexo 05

DIRETOR 01

QUESTIONÁRIO PARA DIRETOR DE ESCOLA DE REDE PÚBLICA/PRIVADA
EM MARINGÁ**01. Nome completo.****02. Formação:** Licenciatura em Pedagogia, Pós-graduação em Neuropedagogia, Educação Especial, MBA em Gestão de Pessoas e Gestão e Coordenação Escolar.**03. Qual sua opinião sobre educação especial /educação inclusiva?**

A educação especial e inclusiva configura-se num processo de ampliação a participação de todos os indivíduos no sistema regular de ensino, tendo em vista o sujeito e suas singularidades. Seu objetivo é promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos os estudantes, independentemente e suas necessidades educativas.

04. Qual a infra -estrutura que a escola oferece para a educação especial?

O Cmei oferece professores de apoio e acessibilidade em mobilidade, banheiros e espaços adaptados para alunos com deficiência física.

05. A legislação para a educação especial é cumprida em Maringá?

Sim. A Secretaria Municipal de Educação tem buscado cumprir o que determina a lei.

06. Quais os pontos positivos e negativos que você poderia apontar na educação especial na educação infantil em Maringá?

Pontos Positivos: Professores concursados na área, Formação continuada específica, acessibilidade para pessoas de mobilidade reduzida.

Pontos negativos: Falta de materiais para pesquisa e brinquedos.

Outras considerações:

DIRETOR 02

QUESTIONÁRIO PARA DIRETOR DE ESCOLA REDE PÚBLICA/PRIVADA EM

01. Nome completo:

02. Formação:

Pedagogia

03. Qual sua opinião sobre educação especial/educação inclusiva?

Educação especial é designação para atender específicos e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais em algumas situações.
Educação inclusiva é a busca por buscar e atender as necessidades educacionais especiais de todos os alunos.

04. Qual a infra-estrutura que a escola oferece para a educação especial (professor de apoio, acessibilidade, sala de recursos pedagógicos)?

Nossa escola oferece salas com cadeiras, bônus adaptados para cadeirantes, profissionais de apoio e capacitados para professores de apoio.

05. A legislação para a educação especial é cumprida em Maringá?

Sim, estamos cumpridos pelas leis nº 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Ed. Nacional (LDB), lei nº 9394/96 e LDB em Educação Especial, Lei nº 2069/90 - o ECA e Lei nº 50.998/94 que estabelece normas e critérios para a acessibilidade.

06. Quais os principais pontos positivos e negativos que você poderia apontar na educação especial na educação infantil em Maringá?

Pontos positivos a Lei nº 9394/96, que garante que a educação é para todos e de qualidade e o P.P.P.
Pontos negativos a resistência por parte das famílias em expor o aluno, ainda, preferência de atender a demanda dos alunos.

07. Outras considerações:

Anexo 07

- COORDENADORA OS

QUESTIONÁRIO PARA COORDENADOR DE CURSO DE PEDAGOGIA PÚBLICA/PRIVADA EM MARINGÁ.

01. Nome completo:

02. Formação: Graduação em Pedagogia ; Mestrado e Doutorado em Educação

03. Qual sua opinião sobre educação especial/ educação inclusiva?

Penso que se constitui num direito de todas as pessoas com necessidades especiais, no entanto, a forma como tem sido feita na maioria das escolas não garante o devido direito a educação, pois as condições existentes em boa parte das escolas públicas inviabilizam a realização de um trabalho que respeite o direito dessas cidadãs.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 em seus artigos 59, 59 e 60 estabelecem alguns direitos mínimos, que não são devidamente cumpridos pelos sistemas de ensino. É muito comum ver famílias recorrendo a justiça para ter garantido o acesso desses direitos mínimos aos seus filhos.

04. Quais as disciplinas e os métodos de ensino que a universidade oferece para trabalhar com a educação especial?

Na universidade como um todo, não tenho essa informação. No curso de pedagogia temos três disciplinas nessa área:

- Introdução a LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais (60hs)
- Problemas de Aprendizagem (60hs)
- Necessidades Educacionais Especiais (34hs)

05. A carga horária do curso/ estágio possibilita ao aluno vivenciar com a educação especial?

Conforme especificado acima são 170 horas. E não há previsão no currículo do curso, de estágio especificamente nessa modalidade educacional. No entanto, devido a política de inclusão, as/ as acadêmicas/ as tem contato com os alunos com necessidades especiais em processo de inclusão nas instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

06. Quais os principais pontos positivos e negativos que você poderia apontar em relação aos profissionais formados em sua instituição para atuar na educação especial na educação infantil em Maringá?

Iniciei recentemente na coordenação do Curso de Pedagogia (09/09/2016), portanto, não tenho ainda uma visão geral da formação que é ofertada no curso. Iniciaremos o processo de reestruturação do curso, que creio, possibilitará essa visão mais apurada, juntamente com os demais professores e representantes de turmas.

07. Outras considerações

Com base na Estrutura Curricular do Curso considero que a carga horária destinada a formação para o trabalho com alunos com necessidades especiais é

insuficiente, é preciso aumentar. Considere também, que há a necessidade de estágios exclusivos para essa modalidade educacional, pois o professor no momento em que ingressa na carreira, não escolhe se terá ou não alunos em processo de inclusão educacional. Assim, é preciso que os cursos de formação de professores dediquem uma maior atenção e carga horária à Educação Especial.

Anexo 08

COORDENADORA OL

QUESTIONÁRIO PARA COORDENADOR DE CURSO DE PEDAGOGIA REDE PÚBLICA/PRIVADA EM MARINGÁ

01. Nome completo: -

02. Formação:

-Graduação em Pedagogia

-Pós-graduação (especialização):

* Docência no ensino superior

* Educação a distância tutoria e aprendizagem

* Gestão escolar

* Educação infantil e anos iniciais

-Mestrado em educação (formação de professores)

03. Qual sua opinião sobre educação especial/ educação inclusiva?

É necessário e importante haver a inclusão, visto que pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE) possuem os mesmos direitos que qualquer outra pessoa. Contudo, as escolas precisam estar preparadas com estruturas e pessoas qualificadas para atender esses alunos. Caso isso não aconteça, não haverá a efetivação da inclusão.

04. Quais as disciplinas e os métodos de ensino que a universidade oferece para trabalhar com a educação especial?

Temos algumas disciplinas específicas como:

Políticas e o processo de ensino e aprendizagem na educação inclusiva

Libras

Problemas e dificuldades de aprendizagem na infância

Desenvolvimento psicomotor na infância

Saúde e educação

Psicologia do desenvolvimento

Entre outras que contribuem, mas não são tão específicas como essas.

05. A carga horário do curso/ estágios possibilita ao aluno vivenciar com a educação especial?

Em minha opinião todas as disciplinas são extremamente importante e densas (100h cada), contudo não são suficientes em nenhum curso de pedagogia para formar um profissional completo para atuar na educação especial. A própria diretriz do curso (DCNs – MEC) diz sobre o conhecimento que o pedagogo tem que ter nessa área, todavia, nesse documento não está explícito essa formação no perfil do egresso tanto como as outras áreas do conhecimento que o pedagogo precisa ter. Penso que é necessário no mínimo um pós – especialização na área.

06. Quais os principais pontos positivos e negativos que você poderia apontar em relação aos profissionais formados em sua instituição para atuar na educação especial na educação infantil em Maringá?

Positivo: As disciplinas trabalham todos os tipos de deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e também os transtornos funcionais do desenvolvimento e distúrbios de aprendizagem. Temos

projetos de ensino na área com visitas em todos os tipos de escolas especiais de Maringá (gravação de entrevistas com coordenadores, professores) e visita a escolas especiais na cidade onde os alunos residem. O aluno ao concluir o curso tem muito conhecimento na área, mas como disse, como ponto Negativo considero não ser suficiente para que sua prática seja efetivada no cotidiano de uma sala de aula com os PNEEs. É necessário uma formação continuada nessa área.

07. Outras considerações:
